

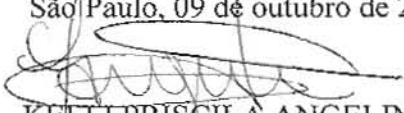
**PROCESSO Nº. 583.00.2006.25286-4
RITO ORDINÁRIO**

**NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO
PONTO BR-NIC .br**, já qualificado, por intermédio de seus advogados e bastantes
procuradores, que a presente subscrevem, nos autos do **AÇÃO DE RITO
ORDINÁRIO** movida em face de **JAN STRUIVING, RONALDO CARDONETTI e
JORNAL FOLHA DE BACACHERI**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa
Excelência, em atenção à resposta da Brasil Telecom, informar e requerer o quanto
segue.

Visando atender à solicitação da Brasil Telecom, o NIC.br
informa que o timezone (GMT) utilizado em 18 de setembro de 2007, às 09:11:03, pelo
IP 200.103.241.200 é **-03:00**.

Para tanto, requer a nova expedição de ofício à Brasil
Telecom, em atenção da Dra. Andréia da Silva Frotta, com endereço na SIA SUL-
ÁREA DE SERVIÇOS PÚBLICOS- LOTE 'D' - BLOCO 'B'-BRASÍLIA/DF E CEP:
71215-000, para que informe os dados de acesso do usuário do IP 200.103.241.200 em
18 de setembro de 2007, às 09:11:03hrs, com timezone (GMT) 03:00.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 09 de outubro de 2007.


KELLI PRISCILA ANGELINI
OAB/SP Nº 193.817

PROJ. 11.03.07
24121

TJSP S.P.I 3.2.5 STA


-20-Dez-2007-12:04-143664-2/3

TJSP S.P.I 3.2.5 STA

504
A

Certifico e dou fé que expedi ofício a SAI SUL - ÁREA
DE SERVIÇOS PÚBLICOS, cuja cópia junto.

Em, 14 de Janeiro de 2008

Eu,  Nely esc. subsc.,

15 JAN 2008





PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

FÓRUM JOÃO MENDES JÚNIOR

21ª VARA CÍVEL CENTRAL DA CAPITAL DE SÃO PAULO

21º OFÍCIO CÍVEL DA CAPITAL

Praça João Mendes, S/N - 9º ANDAR, SALA 912/918 - CENTRO- São Paulo/SP - CEP: 01501-900 - Telefone: 2171-6165

Processo nº 583.00.2006.225286-4/000000-000

Ordem nº 1733/2006

Ação: Outros Feitos Não Especificados

Requerente: NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR-NIC.BR

Requerido: RONALDO CARDONETTI

São Paulo, 14 de janeiro de 2008.

Pelo presente, em expedido nos autos supra mencionados, requisito de Vossa Senhoria, as providências necessárias no intuito de informar a esse Juízo os dados de acesso do usuário do IP 200.103.241.200, em 18 de setembro de 2007, às 09.11.03 hs (horário oficial de Brasília), com timezone (GMT) -03:00, a fim de que se comprove quem são os propagadores de mensagens eletrônicas em nome deo Presidente do NIC.br.

Apresento a Vossa Senhoria meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

DANIEL CARNIO COSTA

Juiz(a) de Direito

Ao (À)

Ilustríssimo(a) Senhor(a)

Diretor (a) ou Gerente do

SAI SUL - ÁREA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

LOTE D - BLOCO B

Brasília - Distrito Federal

CEP 71.215 - 000

506
b

8

Name & Date: _____

Alvin Arnold Kellner
OAB 157 709-E

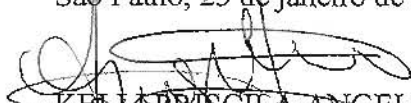
Com a Dr. Aline Amadori K.
nomes 23 01 2008
30 01
nomes 2008

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 21ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO**

**PROCESSO Nº 583.00.2006.225286-4
RITO ORDINÁRIO**

**NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO
DO PONTO BR – NIC.Br**, já qualificado, por sua advogada e bastante
procuradora que a presente subscrive, nos autos da **AÇÃO DE RITO
ORDINÁRIO**, movida em face de **RONALDO CARDONETTI E OUTROS**,
vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer vista dos
autos fora de cartório.

Termos em que,
pede deferimento.
São Paulo, 23 de janeiro de 2008.


KELLI PRISCILA ANGELINI
OAB/SP Nº 193.817

1733

23/11

518

nic.brNúcleo de Informação
e Coordenação**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA 21ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE SÃO PAULO**Av. das Nações Unidas, 11.541
7º andar - Brooklin Novo
04578-000 - São Paulo - SP
tel. 55 11 5509 3511
fax 55 11 5509 3512
www.nic.br508
RDaniel Carnio Costa
Juiz de Direito

725286

**PROCESSO Nº. 583.00.2006.25286-4
RITO ORDINÁRIO**

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PUNTO BR-NIC .br, já qualificado, por intermédio de seus advogados e bastantes procuradores que a presente subscrevem, nos autos do **AÇÃO DE RITO ORDINÁRIO** movida em face de **JAN STRUIVING, RONALDO CARDONETTI e JORNAL FOLHA DE BACACHERI**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o quanto segue.

O Agravo de Instrumento nº. 483.493-4/7 (doc. 01) ganhou efeito suspensivo ativo. O co-réu Jan Struiving foi devidamente intimado da decisão que deferiu a antecipação de tutela, em 25 de janeiro de 2007, e o co-réu Ronaldo Cardonetti, em 23 de fevereiro de 2007 (docs. 02 e 03).

Decorrido o prazo para cumprimento daquela ordem judicial, o NIC.br denunciou nestes autos que os co-réus permaneciam afrontando a determinação prolatada, sem cumpri-la.

Assim, foi proferida nova decisão nos autos daquele Agravo de Instrumento (doc. 04):

“Nos termos da decisão liminar do agravo de instrumento interposto pela requerente, citem-se os réus pessoalmente, como anteriormente determinado, e intime-os da tutela inibitória, consistente na obrigação de cessar a divulgação de afirmações difamatórias em seus sítios, sob pena de incidir multa diária de R\$ 5.000,00, cabendo à requerente recolher as despesas pertinentes.”

Inadimplindo mais uma vez suas obrigações, os réus ignoraram as determinações proferidas, sendo, então, prolatada nova decisão (doc. 05) pelo Douto Relator da 9ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

“Determino que os agravados sejam intimados por oficial de justiça, diligência pelo agravante, que lhes dara conhecimento formal de que deverão cumprir o r. despacho de folhas, sob pena de responderem cada qual por multa diária majorada

para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), ademais de responderem penalmente por desobediência de ordem judicial..."

Em 26 de outubro de 2007 (doc. 06), o NIC.br relatou e comprovou nestes autos que os réus continuavam a descumprir as ordens judiciais e enviavam e-mails ao Senado Federal, Delegacias de Polícia, Ministérios, Tribunais de Contas, Câmara dos Deputados, Presidência da República, Supremo Tribunal Federal, Associações, Organizações e outros, propagando as inverídicas difamações aqui relatadas e ainda utilizando-se do endereço eletrônico "demi_gestschko@hotmail.com.br", dando a entender que o próprio Presidente do NIC.br estaria aleivosamente propagando essas difamações, tudo conforme comprovado pelos documentos de fls. 379 a 496.

Foi então que o NIC.br requereu a expedição de ofício à Brasil Telecom, a fim de que se comprove quem são os propagadores de mensagens eletrônicas em nome do Presidente do NIC.br, fosse decretada prisão dos réus pela prática de crime previsto no art. 330 do Código Penal e, ainda, fossem bloqueadas as contas bancárias dos réus para assegurar a multa devida, até que as determinações proferidas fossem atendidas.

Apenas o pedido de expedição de ofício à Brasil Telecom foi deferido, sendo os demais pedidos afastados por este MM Juiz às fls. 498v (doc. 07).

Acontece, porém, que passado um ano da intimação dos réus da decisão que deferiu a antecipação de tutela requerida nestes autos, os réus continuam a descumprir as ordens judiciais promulgadas. Senão vejamos alguns trechos das novas difamações divulgadas no site www.abusando.org/denuncias (doc. 08) e propagada pelos réus:

"Algumas informações aqui contidas foram enviados por e-mail particular p/os seguintes amigos e conhecidos: 65 senadores, 500 deputados federais, 700 deputados estaduais, 300 vereadores, 130 agências de notícias, 1100 jornais, 430 jornalistas, blogs e sites, 400 rádios AM/FM, 120 revistas, 2.300 provedores e hospedagem de sites, 130 TVs, 450 de Fundações entre outros

Situação da receita da internet no Brasil (valores aproximados) arrecadados por integrantes do CGI.br, contrariando o Art 9º do Decreto Nº 4.829, de 03/09/2003 que cria o CGI e que diz: "O CGI.br não ensejará qualquer espécie de remuneração" (clique [aqui](#)):

Recursos a serem aplicados em inclusão digital nos estados conforme declaração do CGI.br (clique [aqui](#)) (24/01/08)

1995-2005	R\$ 250 milhões	Status: sumiu a metade	7. Delegacia de Lapa SP (processo 050060353642. clique aqui)
julho/2005	R\$ 50 milhões	Status: embolsado CGI.br	venda de dados cadastrais (endereços de sites) ao Google (aqui)
2006	R\$ 30 milhões	Status: embolsado CGI.br	1,1 milhões de domínios x R\$ 30,00
2007	R\$ 40 milhões	Status: embolsado CGI.br	1,3 milhões de domínios x R\$ 30,00
2008	R\$ 82 milhões	Previsão: a ser embolsado	1,5 milhões de domínios x R\$ 30,00 + cobrança IPs dos provedores

O Estado do Rio tentou em 04/2003 reaver R\$ 10,8 milhões que seria usado no projeto Infovia.RJ. (clique [aqui](#)). Mas parece que a prioridade de embolsamento pelo CGI foi maior do que a inclusão digital no Rio. Suspeita-se que chegaram a aplicar milhões na ONG carioca RITS.org.br, mas foi para comprar o dono da ONG para ele calar com as denúncias contra o CGI.br (clique [aqui](#)). (25/01/08)

A Abusando.Info obteve uma declaração bombástica de um integrante de uma empresa que possui mais de 4.000 domínios, Sr. Clayton, o qual garante que a empresa já pagou mais de R\$ 1,3 milhões de reais em "retribuição de manutenção" desde 1.999. A maior parte deste dinheiro o CGI.br recusou-se a fornecer Nota Fiscal para não pagar impostos sobre a entrada deste dinheiro em caixa e a metade já sumiu! Em 2008 tudo piorou, mal o novos integrantes do CGI.br assumiram e já estão participando de maracutaia enganando mais de 1 milhão de internautas nos leilões de domínios ao transferir em 4/1/08 mais de 15 domínios de cidades retirados do Clayton por erro qualquer de endereço e transferidos diretamente sem passar pelo leilão para outra empresa também com endereço falso, mas desta vez com o apoio do CGI.br que mantém 200 empresas em salas inexistentes no endereço do Grupinho do Paraná e aonde também funciona a filial PR da Abusando. Como o CGI.br pode ser tão trapaceiro? 21/01/08

O Clayton desconfia que um funcionário de nome Alex do NIC.br parece estar recebendo algum benefício do Potim para manipular durante mais de 1 ano tickets e resultados de leilão de domínios a favor do Potim. O Alex atua em um posto chave dentro do Registro.br / NIC.br, é "homem de confiança" do Notório Barbuds (quase dormem juntos) e apoiado pela jurídica externa Kati. Clayton também detectou que esta manipulação acontece contra outros milhões de internautas participantes nos leilões. Nada é transferido nos leilões e sim somente uns 15 a 30 dias depois que a auditoria já sumiu. Clayton alega que chegam a encurtar em 1 semana o prazo limite de pagamento dele só para "forçar" a perda do domínio. A seguir vai para o processo de liberação, e quando tudo esfria vai para o Potim ou Cubits. Clayton também alega que outra forma muito usado é solicitar documentação por e-mail e caso não seja respondido em 15 dias cancelam sumariamente TODOS OS DOMÍNIOS DO CNPJ, não importando se estão pagos ou não, se existe sites ativos, lojas comerciais ou e-mails em uso e após um prazo de esfriamento vai para o Potim ou Cubits (21/01/08)

No CGI.br estão 3 gaúchos que sequer ligaram pelo fato do próprio CGI.br, liberar por baixo do pano, os domínios de três cidades gaúchas bage.com.br, gravatai.com.br e caxiasdosul.com.br para um grupo paulista controlar. Os 3 gaúchos devem estar muito ocupados contando os resultados parciais da partilha da receita de internet (só este ano são R\$ 82 milhões para os integrantes do CGI embolsarem usando a ONG NIC.br de fachada) Também chamam de anuidade padrão CGI.br (clique [aqui](#)) contariando o Art 9º do Decreto Nº 4.829, que diz: "O CGI.br não ensejará qualquer espécie de remuneração" (clique [aqui](#)). Outros domínios que o CGI.br liberou por baixo do pano: anapolis.com.br, campinagrande.com.br, juazeirodonorte.com.br, novafriburgo.com.br, adesivo.com.br, camisetas.com.br, compressores.com.br, imobiliarias.com.br, modelos.com.br, lavarapido.com.br, persianas.com.br, picanha.com.br. E os milhões de internautas que participaram dos leilões? Sequer imaginam que é o próprio CGI.br que manipula os domínios depois que terminou o leilão e a auditoria já ter sumido. Clique [aqui](#) e veja outros casos de manipulação de domínios. (25/01/08).

39 milhões de internautas aguardam ansiosamente a ata da 1. reunião dia 17/1/08 do CGI.br com os novos integrantes. Infelizmente já estamos no dia 25/1/08 e nada!!! . Como sempre boa parte das atividades do CGI acontece na surdina e na calada da noite (a TV vive noticiando grupos assim), como por exemplo a alteração de prazo de pagamento da taxa de extorsão de 30 para 15 dias, isto, porque ainda é

adiantado em 1 ano!. Ou a cobrança de IPs para arrancar dinheiro dos provedores, que sequer foi publicada no D.O.U., na realidade acham que não precisa porque o importante deve ser o CGI.br embolsar. Foi o que também aconteceu na falsa reunião do dia 21/10/2005 na qual o CGI decidiu pela transferência da Fapesp para o bolso deles (NIC.br) (clique [aqui](#)). A reunião sequer aconteceu e também não podem assinar por serem da iniciativa privada. Mas isto não impede da ONG particular NIC.br de propriedade do CGI ficar embolsando cerca de R\$ 8,2 milhões / mês (4 usual e 4,2 dos IPs dos provedores) (25/01/08)

O site do CGI.br é realmente um engodo: anuncia em letras garrafais (clique [aqui](#)) desde 27/07/07 a redução na taxa de extorsão de R\$ 30,00 para R\$ 10,00 p/ domínios nom.br (clique [aqui](#)). Mas o internauta tem que pagar 3 anos adiantado. Seis meses após a Abusando constatou que domínios .nom continuam representando 0,22% do total (somente 2370 de um total de 1,3 milhões de domínios). A alteração do prazo de taxa de extorsão de 30 para 15 dias, que reforçou os cofres em R\$ 1,5 milhões e a cobrança ilegal de IPs dos provedores, sem publicar no D.O.U., que reforça mensalmente em R\$ 4,2 milhões sequer são mencionados (22/01/08)

Cuidado com as tramóias de Natal do CGI.br! No último natal de 2006, 5 domínios da EBDI foram pagos em 22/12/06 (R\$ 150,00) através de boleto bancário e com Nota Fiscal fornecido, mas tudo foi cancelado em pleno Natal 25/12/06 por falta de pagamento. O dinheiro, como sempre, o CGI.br embolsou e os domínios foram para o leilão! (clique [aqui](#)). Em 03/06 a ONG particular NIC.br de propriedade do CGI.br pediu o depósito de R\$ 120,00 (4 domínios), na conta da Fapesp! Este valor a Fundação de Amparo ao Estado de SP "embolsou" e os domínios foram para o leilão! (clique [aqui](#)). Um dos domínio em questão é genérico, isto é, tem alto valor no mercado como locadora.com.br e que o CGI.br parece ter muito interesse. Como podem ser tão sujos? 25/12/07

Presente de Natal - A ONG particular NIC.br prevendo que em breve vão cair e ao mesmo tempo não satisfeitos em embolsar somente R\$ 40 milhões por ano (1,4 milhões de domínios x 30,00 ano), resolvem por ordem de seus donos o CGI.br (que são os mesmos, hehehehe) e sem sequer publicar no D.O.U. (Diário Oficial da União) antecipar em até 10 anos a cobrança da retribuição do serviço de "cadastro automático de domínios" no computador. É como cobrar adiantado por 10 anos o aluguel do inquilino de um imóvel mesmo sabendo que o imóvel irá ser vendido no mês seguinte. Para sacanear os milhões de internautas pagantes encurtaram de 30 para 15 dias o prazo entre o registro e o congelamento (é congelado caso não seja pago 1 ano adiantado). Só estes 15 dias já dá um aumento de caixa de R\$ 1,5 milhões (antecipação de Natal hohoho!) Tudo na surdina! E aonde vai este dinheiro? Segundo a resolução 01/05 cai direto no bolso do CGI.br a título de gastos. Nem os 25 funcionários precisam pagar. A Fapesp paga por estarem assumindo o polo passivo das ações judiciais clique [aqui](#) 27/12/07

E aonde está indo os R\$ 1,5 milhões que entraram a mais com a jogada dos 15 dias, além dos milhões adicionais com a retribuição antecipada de até 10 anos tudo somado aos habituais R\$ 3 milhões mensais (1,4 milhão de domínios x R\$ 30,00 / ano) ? Uma parte em um resort alugado para "doutrinar" todos os integrantes do CGI.br. pois eles vão ter o arduo trabalho em janeiro 2007 de convencer os internautas que estão sendo útil (após 12 anos de embolsamento) e que a metade dos R\$ 250 milhões não sumiu mas evaporou sem querer. Será que mais de 1 milhão de internautas ávidos em pagar taxinhas de R\$ 30,00 / ano concordam que seja

aplicado em um resort para lazer em vez de inclusão digital nos seus estados conforme declaração do CGI.br? ([aqui](#)) (28/12/07)

O ano 2008 promete grandes embolsamentos: A ONG particular NIC.br de propriedade de integrantes do CGI.br resolve em 14/12/2007 (sem que haja alguma publicação no D.O.U. - Diário Oficial da União), cobrar pela alocação dos blocos de IPs essenciais para que uma empresa ou provedor possa atuar na área de internet no Brasil ([clique aqui](#)), isto, após 12 anos sem custos porque é equivalente ao monopólio de liberação de senhas para várias filas. Existe uma previsão de receita ADICIONAL para o CGI (cerca de R\$ 4,2 milhões/mes) para os integrantes do CGI.br "embolsarem", todos os meses, a título de gastos e dar risadas dos pobres brasileiros pagantes. Parece "paura sobre o CGI.br" uma suspeita que os provedores devem estar ganhando montanhas de dinheiro com os IP's e que não custa repassarem um pouco deste lucro para os integrantes do CGI.br cobrirem o rombo da festa de fim de ano. Tudo isto baseado na "irregular resolução de 01/2005" [clique aqui](#), contrariando o Art 9º do Decreto Nº 4.829, de 03/09/2003 que diz: "O CGI.br não ensejará qualquer espécie de remuneração" ([clique aqui](#)) A Resolução 02/05 que deveria regulamentar toda as cobranças e normas na internet sequer foi publicada no D.O.U só em jornais! (09/01/08)

O que é congelamento de domínio? É uma espécie de Lista Negra que informa publicamente que não foi paga a taxa de extorsão adiantado de R\$ 30,00 / ano. **Sequer prestam algum serviço e em 15 dias já vai para a lista negra pública. O site e e-mail da empresa param de funcionar e se não pagar urgente a taxa de extorsão a empresa poderá ter prejuízos enormes!** Como o monopólio do registro ".br" está nas mãos de uma ONG particular de propriedade do CGI.br não tem como escapar. Para o CGI.br poder embolsar mais em menos tempo foram paulatinamente encurtando desde 30/07/1999 o prazo de 180 dias de congelamento para máximo 6 dias em 11/2007. Isto porque ainda é cobrado adiantado em 1 ano! (27/12/07)

Os integrantes do CGI.br/NIC.br (são os mesmo) atestam em Ata Notarial assinada no 7. tabelião de Curitiba terem pleno conhecimento das supostas maracutaia do CGI.br/NIC.br descritas neste site. A partir de 24/07/2007 às 12:43 TODOS os integrantes do CGI.br são obrigados a denunciar ao Ministério Público TODAS as maracutaia descritas neste site sob pena de serem coniventes. Será que eles vão se auto-denunciar? Mas quem fizer isto possivelmente será excluído da partilha de R\$ 40 milhões ano (1,4 milhões de domínios x R\$ 30,00). São quase 40 embolsadores, ([clique aqui](#)) perfazendo cerca de R\$ 1 milhão cada / ano embolsados a título de gastos, conforme resolução 01/05 [clique aqui processos.html](#))

Uma máquina compartilhada por integrante da Abusando foi invadida e na qual ao que parece existe um sistema de obtenção de senhas de clientes do Banco Caixa Econômica através de "phishing". A Justiça e a Polícia foram devidamente notificados. Existem grandes suspeitas que a invasão tenha sido "encomendada" pelo CERT "Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil" uma divisão do mega grupo empresarial CGI.br - Comitê Gestor Internet Brasil criada para justificar o "embolsamento" de "retribuições forçadas" de R\$ 40 milhões/ano, através do monopólio dos integrantes do CGI.br e "legalizada" pela ONG particular NIC.Br apoiado em resoluções falsas publicadas no D.O.U. ([clique aqui](#)) Se a polícia conseguir calar os integrantes da Abusando o CGI.br divisão CERT não irá precisar justificar o sumiço da metade de R\$ 250 milhões de reais, nem a emissão de 200 mil Notas Fiscais frias e o pagamento de R\$ 300 mil a mais em ISS que permite lavar até R\$ 6 milhões de reais, basta depositar

na conta da ONG NIC.br/CERT que está lavado e limpo com ISS pago e imposto isento. (clique [aqui](#)) (18/12/07). Conheça a realidade sobre o CERT (clique [aqui](#))

Manipulação da Mídia - A Associação Abusando vem levantando que boa parte dos escritórios advocatícios de direito em informática de SP prestam serviços quaisquer para a ONG NIC.br/CGI.br/Fapesp e não podem ser usados pelos internautas nos processos judiciais contra o CGI.br por já terem alguma relação de atividade. Muitos Institutos e Associações de direito de informática e Ongs como RITS recebem polpudos doações do CGI. e nunca vão falar mal do CGI. Sem contar a Fapesp que recebe todo o ano mais de R\$ 500 milhões do governo de estado de SP e aplica maciçamente na mídia. O mais estranho a conivência da Prefeitura de SP para não extornar 200 mil Notas Fiscais (clique [aqui](#)) frias enquanto todas as empresas tem que extornar porque o serviço não foi prestado mas só a ONG particular NIC.br de propriedade do CGI.br não precisa. Em troca parece que o CGI.br vem dedando todos os endereços das empresas de SP na mira do imposto estadual e federal. É como se o banco fornecesse endereços de clientes para a prefeitura para conseguir créditos. Para contornar a ilegalidade de liberação todos os dados empresariais ficam sempre disponíveis publicamente na site do registro.br. O único que fornece publicamente a uma decada o CNPJ a partir de algum dado qualquer é o CGI.br, nem a Receita Federal faz isto. Não é a toa que todos os domínios do CNPJ são cancelados sumariamente em 15 dias se houver alguma inconsistência qualquer no endereço, baseado em uma resolução falsa 02/2005 cuja publicação foi barrada no D.O.U. Tudo para manter os dados cadastrais o mais completo possível. Um subproduto valioso são os endereços de sites e as cidades. Só o Google pagou R\$ 50 milhões a integrante do CGI.br pela compra do cadastro de nomes de domínios registrados mas disfarçado em venda de empresa lotado de cérebros brasileiros. (clique [aqui](#)) (17/01/08)

CGI.br tenta através da Polícia Federal alguma ação policial para bloquear as denúncias da Abusando.org como se fossem SPAM. Caso o CGI.br obtenha sucesso não vão precisar justificar o sumiço da metade de R\$ 250 milhões de reais, se é que ainda existe a outra metade, Tudo foi contabilizado como doação de anônimos logrando até o erário. (18/12/07)

Integrantes do CGI.br garantem que o CGI.br recebe sobre cada domínio "apenas a anuidade padrão do CGI.br" de R\$ 30,00 (clique [aqui](#)). O que perfaz para cada um R\$ 1,6 milhões / ano limpos no bolso (1,4 milhões de domínios x R\$ 30,00 ano / 24 embolsadores). tudo a título de gastos, contrariando o decreto Nº 4.829, de 3/9/03 (clique [aqui](#)) que no Art 9º diz: "A participação no CGI.br é considerada como de relevante interesse público e não ensejará qualquer espécie de remuneração". Será que o bolso dos 24 embolsadores falou mais alto? Nos EUA a ICANN cobra U\$ 0,25 por domínio (clique [aqui](#)) (17/12/07)"

E não são só essas as acusações propagadas, há inúmeras outras divulgadas naquele site e no site "interjuris.com.br", que seguem em anexo.

Além da divulgação dessas difamações nos sites "www.abusando.org/denuncias" e "www.interjuris.com.br", os réus continuam a enviar e-mails para o Senado Federal, Delegacias de Polícia, Ministérios, Tribunais de Contas, Câmara dos Deputados, Presidência da República, Supremo Tribunal Federal, Associações, Organizações e outros, propagando as inverídicas difamações aqui relatadas, conforme comprovam os documentos em anexo (doc. 09).

Isso tudo demonstra afronta ao Poder Judiciário, uma vez que os réus não cumprem as ordens judiciais proferidas há mais de um ano, mantendo-se em flagrante postura de desafio à justiça.

Ademais, não se pode olvidar que não surtiu efeito a majoração da multa diária imposta para R\$ 10.000,00, muito menos o fato de os réus terem sido advertidos da possibilidade de responderem penalmente por crime de desobediência de ordem judicial.

DO PEDIDO

Diante de todo o exposto e das provas que acompanham a presente peça, o NIC.br requer:

- a) seja determinada ao provedor dos sites www.abusando.org e www.interjuris.com.br que retire esses sites do ar, indisponibilizando o seu conteúdo da Internet. Para tanto, requer a expedição de ofício à empresa que hospeda os referidos sites, **Cari.Net**, com endereço 8929A COMPLEX DRIVE, San Diego, Califórnia e Postal Code: 92123, ficando o NIC.br responsável por desentranhar e entregar este ofício ao provedor;
- b) seja reconhecido o descumprimento das ordens judiciais proferidas nestes autos pelos réus, determinando-se a expedição de ofício à Procuradoria Geral de Justiça para a instauração de ação penal por crime de desobediência previsto no art. 330 do Código Penal.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 28 de janeiro de 2008.

FRANCISCO DE ASSIS ALVES

OAB/SP Nº 24.545

FELI PRISCILA ANGELINI

OAB/SP Nº 193.817